

Gutman Uchôa de Mendonça

Escreve aos sábados e às terças-feiras neste espaço
Site: www.uchoademendonca.jor.br

Os vereadores da cidade do Sul do Estado só se reúnem uma vez por semana, às terças-feiras, e percebem R\$ 4,6 mil por mês. Alguma surpresa?

Farra em Anchieta

A função das Câmaras Municipais é fiscalizar a administração e legislar criando mecanismos de desenvolvimento do município. Não roubar e não permitir que o prefeito ou servidores roubem. A GAZETA, na sua edição do dia 18 do mês passado, publicou extensa reportagem sobre o funcionamento da Câmara Municipal de Anchieta, citando-a como a Casa mais cara por habitante no Estado.

Representando uma população de 24,6 mil pessoas, a Câmara Municipal, no exercício de 2011, teve R\$ 11,4 milhões em caixa. Desse total, gastou R\$ 10,2 milhões, conforme dados da revista “Finança dos Municípios Capixabas – 2013” –, a maior despesa per capita do Espírito Santo com Câmaras. Para o exercício em curso, o orçamento é de R\$ 15,3 milhões.

O fato mais curioso é que os vereadores de Anchieta só se reúnem uma vez por semana, às terças-feiras, e percebem

R\$ 4,6 mil por mês. Cada vez que um vereador viaja para o município ao lado, ou outro qualquer do Estado, percebe R\$ 436 para custear alimentação e hospedagem. Se a viagem for para fora do Estado, o valor da diária sobe para R\$ 840,00. Cada vereador tem direito a oito servidores por gabinete, de livre escolha, para trabalhos de assessoramento e serviços diversos, tudo custeado para um trabalho de pouca eficácia (ou nenhuma?).

O lastimável caso do município de Anchieta, com sua Câmara inteiramente inútil, não me surpreende. O que me impressiona é que essa gente, que brota com a mesma ineficiência nos demais municípios brasileiros, consegue conquistar seguidos mandatos, graças à falta de visão do eleitorado que, parece, não enxergar a usurpação praticada por essa gente que não representa ninguém.

Reportagens como as de A GAZETA encham de indignação a sociedade, mas não resolvem, devido à ditadura dos partidos que, no próximo pleito, colocam os mesmos vereadores que se encastelam no poder, como candidatos e, assim, graças à burrice do eleitor, essa gente ordinária vai reformando o mandato e liquidando a democracia.



José Carlos Corrêa

Escreve aos sábados neste espaço
E-mail: jccorrea@redgazeta.com.br

O governo federal anuncia a retirada da BR 262 do programa de concessões e a sua transformação em uma PPP, Parceria Público-Privada

A novela, capítulo 3

A duplicação da BR 262 é uma novela que começou em 2009 quando o governo federal anunciou que a obra faria parte do PAC. Como o PAC, diziam, nunca atrasa – por ter recursos assegurados no orçamento e se tratar de um compromisso intensamente repetido na campanha eleitoral –, a comemoração foi geral. Passados quatro anos, o primeiro trecho da estrada, entre Viana e Vitor Hugo, de 52 quilômetros, nem sequer foi iniciado pois, embora já tenha sido licitado, ainda aguarda a homologação do processo e a licença ambiental.

Para viabilizar a duplicação dos 375,6 quilômetros de Viana a João Monlevade, o governo incluiu a estrada no Programa de Investimentos em Logística, o nome bonito dado às concessões de rodovias, ferrovias e aeroportos, já que “privatização” é uma expressão banida do dicionário dos petistas por questões ideológicas e de marketing político e eleitoral. O leilão da “menina dos olhos das concessões rodoviárias federais” – na definição de Bernardo Figueiredo, diretor da Empresa de Planejamento e Logística – foi, entretanto, um retumbante fracasso porque nenhuma empresa se interessou em concorrer.

As razões do fracasso do leilão são conhecidas: erros do edital, projetos mal formulados, orçamentos equivocados, o “risco Dnit” – desconfiança de que o governo não iria realizar a parte das obras que lhe cabia – e, principalmente, a percepção de “insegurança jurídica”, ou seja, o receio de que as regras previstas no contrato de concessão não seriam cumpridas.

Passado o primeiro momento de perplexidade, o governo federal anuncia o início do terceiro capítulo da novela: a retirada da BR 262 do programa de concessões e a sua transformação em uma PPP, Parceria Público-Privada. É mais uma tentativa de tornar o empreendimento atraente aos olhos dos empresários – na medida em que a União passa a ter condições de assumir uma maior participação no custeio dos serviços prestados pelo parceiro particular, com a consequente redução da tarifa do pedágio – mas, com relação às obras, pouca coisa muda. Até porque a “insegurança jurídica” continua presente, afugentando os investidores que há muito deixaram de acreditar que o governo venha a perder o cacete de mudar as regras depois do jogo começado.

Como as obras da rodovia do Contorno já completaram o seu 13º aniversário e a ponte de Colatina levou 20 anos para terminar, o capixaba, infelizmente, tem razões de sobra para acreditar que a novela da duplicação da “menina dos olhos” ainda vai render muitos e muitos outros capítulos recheados de acidentes, mortes e prejuízos à economia do Estado.